

**LEITURA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NA INTERNET:  
ESTRATÉGIAS EFICIENTES DE NAVEGAÇÃO E COMPREENSÃO<sup>1</sup>****Giovana de Sousa Rodrigues \***

**Palavras-chaves:** Leitura da lei na internet. Letramento jurídico. Educação para a Cidadania. Sistemas de informação jurídica.

**RESUMO**

Esta pesquisa traz um levantamento e uma análise das estratégias de leitura da legislação brasileira, na internet, adotadas por leitores caracterizados por diferentes níveis de letramento jurídico e digital. Seu objetivo é fornecer subsídios para o ensino-aprendizagem do letramento jurídico em níveis mais elementares, assim como para o incremento dos sistemas de informação jurídica governamentais.

Partiu-se da hipótese de que leitores proficientes em texto jurídico pudessem revelar estratégias mais eficientes de leitura desse texto, ao passo que leitores jovens sem formação no campo do Direito pudessem revelar as dificuldades básicas de acesso à informação jurídica. Buscava-se verificar também se uma suposta maior familiaridade com a navegação na internet atribuída às novas gerações poderia revelar estratégias capazes de compensar algumas dessas dificuldades. O problema de fundo a motivar esta investigação é a baixa acessibilidade da informação jurídica como obstáculo ao exercício da cidadania, o que é apontado por autores dos mais variados campos do conhecimento, a exemplo de Gibbons (2004) e Soares (2004). Ao mesmo tempo, estudos sobre a leitura de gêneros textuais diversos (COIRO; DOBLER, 2007; COSCARELLI, 2017) e, em especial, de textos jurídicos (MORETÓ, 2014) vêm demonstrando o potencial da exploração das estratégias de navegação e compreensão de textos como subsídio para o planejamento do ensino-aprendizagem do letramento. E estudos sobre a observação da navegação em *sites* governamentais têm sido relevantes no sentido de propor melhorias para esses *sites* (AZEVEDO, 2013; GOMES, 2014). No entanto, nenhum dos estudos a que tivemos acesso até então investiga as estratégias de leitura da legislação brasileira, ou as estratégias de leitura da informação jurídica, na internet, para a resolução de problemas concretos (da forma como a necessidade de conhecimento da lei se faz para o cidadão em seu cotidiano). Tudo isso justificou a especificidade desta pesquisa.

Recorrendo às áreas da Psicolinguística, da Linguagem e Tecnologia, da Legística e da Educação para a Cidadania, esta investigação, de natureza qualitativa e de caráter exploratório, elegeu como técnica primordial de coleta de dados o protocolo verbal (ou *thinking-aloud protocol*), realizado da seguinte forma (em linhas gerais), em momentos distintos com cada leitor-colaborador (LC): 1º) em um *notebook* com captura de tela, dos movimentos do *mouse*, da imagem e da voz de LC, este recebia, via formulário eletrônico, questões a resolver, sobre fatos jurídicos simulados, disciplinados por normas federais; 2º) LC buscava livremente informações na internet para resolver as questões, narrando e justificando em voz alta suas escolhas, estratégias, dificuldades e inferências – protocolo verbal com verbalização concorrente (TOMITCH, 2007); 3º) ao final das buscas, LC inseria sua resposta no formulário eletrônico; 4º) LC respondia por escrito e em voz alta a questionário eletrônico

<sup>1</sup> Da tese de mesmo título, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (PosLin/Fale/UFMG), sob a orientação da Professora Carla Viana Coscarelli e a coorientação da Professora Fabiana de Menezes Soares.

\*Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH). E-mail: giovana@cmbh.mg.gov.br



sobre as facilidades e dificuldades encontradas durante a resolução das questões jurídicas – protocolo verbal, com verbalização retrospectiva (TOMITCH, 2007). O universo de LCs consistiu em (a) cinco estudantes do primeiro ano do ensino médio, (b) três bacharelados do curso de Direito, em fase de elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC), e (c) três bacharéis em Direito, com um mínimo de 10 anos de experiência em sua área de especialização.

Os dados assim coletados foram transcritos, com a anotação das falas e a roteirização, em paralelo, do percurso de leitura de cada LC na internet, registrando-se aí as expressões de busca empregadas, os *sites* e documentos consultados, os gêneros textuais destes e outras particularidades dos processos de navegação e compreensão desenvolvidos pelos LCs durante a resolução das questões jurídicas. Esses dados foram compilados na forma de estratégias de leitura, que foram distribuídas nas seguintes categorias conforme quadro elaborado para esta pesquisa, com base, entre outros, em Coiro e Dobler (2007), Dias e Novais (2009) e Moretó (2014): estratégias de (a) planejamento da leitura, (b) busca e seleção de informações, (c) processamento da leitura e (d) análise crítica. Em seguida, tais estratégias foram analisadas, quantitativa e comparativamente, em um mesmo grupo de LCs e entre os grupos, no conjunto de cada uma dessas categorias.

Destacam-se a seguir alguns dos resultados expressivos decorrentes dessa análise: I) o emprego de estratégias semelhantes produziu, em alguns casos, diferentes soluções para uma mesma questão, ao passo que soluções semelhantes foram, em outros casos, elaboradas por meio de estratégias diversas; II) o emprego de estratégias de processamento da leitura consideradas por estudos anteriores como de leitores com baixa proficiência foi, por vezes, essencial para que as estudantes do ensino médio caminhassem na direção de soluções pertinentes; III) as estudantes do ensino médio empregaram um número maior de estratégias – de busca e seleção das informações, de processamento da leitura e de análise crítica – consideradas típicas de leitores com formação específica em Direito do que o pressuposto para o seu grupo com base nos estudos anteriores; por outro lado, tal formação, por si, não garantiu a todos os graduandos alcançar soluções pertinentes para todas as questões; IV) o conhecimento prévio de princípios jurídicos, ou de normas principiológicas, foi, na maioria das questões, suficiente para que os especialistas alcançassem soluções pertinentes; V) todos os informantes consultaram fontes formais e informais da informação jurídica e demonstraram maior confiança nos *sites* governamentais, sobretudo para a leitura de textos normativos; no entanto, quanto se tratava de localizar a legislação ou a jurisprudência, a preferência foi pelo buscador genérico do Google ou de *sites* jurídicos comerciais, sendo que a localização de normas infralegais, na internet, foi o maior desafio enfrentado pelos graduandos e especialistas.

Tais resultados motivaram um retorno aos dados, com o objetivo de identificar e analisar os fatores possivelmente relacionados a eles. Eis alguns dos fatores evidenciados nessa análise: I) nível de engajamento do LC na solução das questões, decorrente da complexidade da matéria tratada e da curiosidade e vivência daquele em relação a esta; II) variedade de fontes e de informações disponíveis na internet, associada à disposição do LC de explorar esses recursos e a sua habilidade para monitorar seus processos de navegação e compreensão; III) nível de letramento jurídico das estudantes do ensino médio acima do pressuposto para seu grau de escolaridade, decorrente de sua vivência em projetos de educação para a cidadania e de participação cidadã; IV) deficiências na integração ou na divulgação dos sistemas de informação governamentais e pouca efetividade da comunicação da informação de interesse público.

Partindo dos fatores assim evidenciados, foi possível propor algumas orientações para o ensino-aprendizagem do letramento jurídico em níveis mais elementares e para a gestão da



informação jurídica governamental, dentre as quais se destacam aqui: a) a inclusão, nos cursos de licenciatura, de tópicos que permitam aos futuros professores explorar a temática de seu campo de conhecimento também na interface com o Direito; b) a abordagem do Direito, na educação básica e em outros espaços de formação cidadã, de forma gradual e transversal, numa perspectiva interdisciplinar, crítica e principiológica; c) a expansão do acesso a equipamentos computacionais e à internet de alta velocidade para a população atualmente sem esse acesso; d) a melhoria da qualidade da informação jurídica e dos sistemas de informação governamentais (no que diz respeito a intercomunicabilidade, abertura de códigos, interatividade, assistividade, usabilidade, transparência, linguagem cidadã, entre outros); e) a colaboração entre órgãos da União e dos entes federativos, dos três Poderes, para a produção de conhecimentos e o desenvolvimento de tecnologias necessários às ações suscitadas por essas orientações.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Ranielli Santos. **Ler e navegar .gov.br**: experiências de interação em um Portal da Transparência. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MGSS-9B3PEA/disserta\\_\\_o\\_final\\_ranielli\\_azevedo.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MGSS-9B3PEA/disserta__o_final_ranielli_azevedo.pdf?sequence=1). Acesso em: 5 jul. 2019.
- COIRO, Julie; DOBLER, Elizabeth. Exploring the online comprehension strategies used by sixth-grade skilled readers to search for and locate information on the Internet. **Reading Research Quarterly**, Newark, v. 42, n. 2, p. 214-257, abr./jun. 2007. Disponível em: <https://ila.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1598/RRQ.42.2.2>. Acesso em: 5 jul. 2019.
- COSCARELLI, Carla Viana. A leitura em múltiplas fontes: um processo investigativo. **Ensino e Tecnologia em Revista**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 67-79, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/etr/article/view/5897>. Acesso em: 5 jul. 2019.
- DIAS, Marcelo Cafiero; NOVAIS, Ana Elisa. Por uma matriz de letramento digital. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE HIPERTEXTO, 3., 2009, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: CEFET-MG, out. 2009. p. 1-19. Disponível em: <http://nehte.com.br/hipertexto2009/anais/p-w/por-uma-matriz.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2019.
- GIBBONS, John. Language and the Law. In: DAVIES, Alan; ELDER, Catherine (eds.). **The handbook of applied linguistics**. Malden: Blackwell Publishing, 2004. (Blackwell handbooks in linguistics, 17). p. 285-303.
- GOMES, Gracielle Mendonça Rodrigues. **Um estudo sobre a interação dos usuários com a interface e o sistema de busca do Portal de Periódicos da Capes**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola da Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9UGP38/disserta\\_\\_o\\_\\_gracielle\\_\\_cdrom.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9UGP38/disserta__o__gracielle__cdrom.pdf?sequence=1). Acesso em: 5 jul. 2019.
- MORETÓ, Martín. Estrategias de lectura de textos jurídicos: análisis de protocolos verbales en expertos y novatos. **Revista Científica de Uces**. Buenos Aires, v. 18, n. 1, p. 97-120, primavera 2014. Disponível em: [http://dspace.uces.edu.ar:8180/xmlui/bitstream/handle/123456789/2615/Estrategias\\_Moreto.pdf?sequence=1](http://dspace.uces.edu.ar:8180/xmlui/bitstream/handle/123456789/2615/Estrategias_Moreto.pdf?sequence=1). Acesso em: 5 jul. 2019.
- SOARES, Fabiana de Menezes. **Teoria da legislação**: formação e conhecimento da lei na idade tecnológica. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2004.



TOMITCH, Lêda Maria Braga. Desvelando o processo de compreensão leitora: protocolos verbais na pesquisa em leitura. **Signo**. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/244/197>. Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 42-53, dez. 2007. Acesso em: 5 jul. 2019.